



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa para aquisição de Inversores Solares, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Descrição do Material  | Unidade | Preço Unitário Máximo Estimado | Preço Total Máximo Estimado | Intervalo mínimo entre os lances | CATMAT |
|------|--|---------|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|--------|
|      | <b>Inversor Fronius Symo Brasil de 15,0 kW:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Eficiência: <math>\geq</math> 97%;</li><li>- Potência recomendada: 12,0 - 19,5KWp;</li><li>- Corrente de curto circuito: 50A;</li><li>- Faixa de voltagem operando: 350 - 1000V;</li><li>- Tensão nominal de entrada: 325V;</li><li>- Tensão Máxima CC: 1000V;</li><li>- Fator de distorção máximo: 3,5%;</li><li>- Proteções: AFCI &amp; 2014 NEC Ready, medição de isolamento CC, disjuntor CC, proteção à falhas com tela</li></ul> |         |                                |                             |                                  |        |

|    |  |    |           |            |      |        |
|----|--|----|-----------|------------|------|--------|
|    | <p>de interrupção;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comportamento de sobrecarga: com mudança do ponto de operação</li> <li>- limitação da produção;</li> <li>- Índice de Proteção Mínimo: NEMA 4X;</li> <li>- Corrente máxima de saída (CA): 41,6A.</li> </ul>   |    |           |            |      |        |
| 01 | <p>Os inversores devem ser trifásicos e fornecer energia em 220/127V de tensão e 60Hz de frequência, <b><u>sem uso de transformador adicional.</u></b> Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida. Ter capacidade de armazenamento das variáveis coletadas pelo Inversor de modo local (data logger), com placa de comunicação original de fábrica, através de captação do sinal de internet por wi-fi e RJ45.</p> <p>Os inversores devem atender à ABNT NR</p> | 06 | 25.492,99 | 152.957,94 | 1,00 | 614310 |

|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | <p>16149 e<br/>garantia contra<br/>defeitos de<br/>material e<br/>fabricação<br/>mínima de 5<br/>anos - modelo<br/>referência<br/><b>Inversor<br/>Fronius Symo<br/>Brasil 15.0-3<br/>208/240.</b></p> <p><b>*Item com<br/>ampla disputa<br/>(sem<br/>exclusividade<br/>para ME-EPP).</b></p>  |  |  |  |  |  |
|  | <p><b>COTA<br/>RESERVADA<br/>ME/EPP do<br/>Item 1 (25%)</b></p> <p><b>Inversor<br/>Fronius Symo<br/>Brasil de 15,0<br/>kW:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Eficiência: <math>\geq</math> 97%;</li> <li>- Potência recomendada: 12,0 - 19,5KWp;</li> <li>- Corrente de curto circuito: 50A;</li> <li>- Faixa de voltagem operando: 350 - 1000V;</li> <li>- Tensão nominal de entrada: 325V;</li> <li>- Tensão Máxima CC: 1000V;</li> <li>- Fator de distorção máximo: 3,5%;</li> <li>- Proteções: AFCI &amp; 2014 NEC Ready, medição de isolamento CC,</li> </ul> |  |  |  |  |  |

|    |   |    |           |           |      |        |
|----|---|----|-----------|-----------|------|--------|
| 02 | <p>disjuntor CC, proteção à falhas com tela de interrupção;</p> <p>-</p> <p>Comportamento de sobrecarga: com mudança do ponto de operação - limitação da produção;</p> <p>- Índice de Proteção Mínimo: NEMA 4X;</p> <p>- Corrente máxima de saída (CA): 41,6A.</p> <p>Os inversores devem ser trifásicos e fornecer energia em 220/127V de tensão e 60Hz de frequência, <b><u>sem uso de transformador adicional.</u></b></p> <p>Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida. Ter capacidade de armazenamento das variáveis coletadas pelo Inversor de modo local (data logger), com placa de comunicação original de fábrica, através de captação do sinal de internet por wi-fi e RJ45.</p> | 02 | 25.492,99 | 50.985,98 | 1,00 | 614310 |
|----|---|----|-----------|-----------|------|--------|

|  |  |              |                   |  |  |
|--|--|--------------|-------------------|--|--|
|  | Os inversores devem atender à ABNT NR 16149 e garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 5 anos - modelo referência <b>Inversor Fronius Symo Brasil 15.0-3 208/240.</b> |              |                   |  |  |
|  | <b>TOTAL</b>   | <b>VALOR</b> | <b>203.943,92</b> |  |  |

1.2. Os materiais foram divididos em 2 (dois) Itens, sendo o Item 1 (principal) de ampla concorrência e o Item 2 (cota reservada) exclusivo para participação de ME/EPP, conforme dispõe o art. 48, III, da LC 123/2006.

**1.2.1. Na hipótese de não haver vencedor para o Item 2 (cota reservada para ME/EPP), poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal (Item 1), ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota principal.**

**1.2.1. Não será admitida participação de outros órgãos para o Item 2, por se tratar de cota reservada, limitada ao valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.4. Os materiais objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.5. Trata-se da aquisição de materiais, pelo Sistema de Registro de Preços, para fornecimento ao TRE-MS, **mediante requisição do material.**

1.5.1. A vigência do Registro de Preços será de 01 (um) ano contados da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.5.1.1. A vigência da contratação poderá ser extinta antes do prazo disposto na cláusula 1.5.1 após a execução total do objeto.

1.5.1.2. O contrato e/ou a Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O prazo de entrega dos materiais será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da requisição do material.

1.6.1. A primeira requisição de materiais será de 4 (quatro) unidades. As demais unidades serão solicitadas conforme a demanda.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá este último.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O TRE/MS possui 66 inverores, sendo 41 já instalados em 9 usinas fotovoltaicas que estão em operação desde o ano de 2017 e 25 inversores que serão instalados em novas

usinas até o final deste primeiro semestre (2024). Em algumas situações, ocorrem avarias em alguns desses equipamentos, sendo necessária sua desinstalação para encaminhamento à assistência técnica, e desta forma, as usinas fotovoltaicas têm sua capacidade de geração diminuída temporariamente. Sendo assim, a aquisição desses inversores irá garantir a geração de energia em ocasião de manutenção dos aparelhos já instalados.

2.2. Tal contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do TRE-MS nos itens **Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira e Promoção da Sustentabilidade SEI n. 0007211-04.2023.6.12.8000 doc 1596547**

### **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão da não possibilidade de se definir previamente o quantitativo dos materiais a ser demandado pela administração e do momento em que serão de fato necessários, indicando neste caso a viabilidade de prestação parcelada de materiais.

3.2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

3.2.1. Durante a vigência da Ata, quando houver necessidade do TRE/MS dos materiais registrados, a empresa contratada será informada mediante e-mail e/ou Requisição de fornecimento, emitido pelo fiscal do contrato, juntamente com a Nota de Empenho.

3.2.2. Recebido o Ofício e/ou Requisição de fornecimento, a empresa vencedora deverá entregar os materiais no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos.

3.3. Como órgão gerenciador, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, será realizado procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na respectiva ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, nos termos do disposto no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023.

3.4. Cabe ainda ao órgão gerenciador aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à intenção de registro de preços :

- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A descrição dos materiais encontra-se no capítulo 1 deste Termo de Referência e nos Estudos Preliminares.

4.2. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas concernentes ao fornecimento dos produtos, tais como: custo de aquisição para revenda, despesas referentes à frete/transporte do material até o local de instalação, fornecimento de certidões e documentos, impostos, diferenças de ICMS, tributos, encargos sociais, taxas, ferramental, assistência técnica, visitas, embalagens, lucro, etc.

4.3. O prazo total de garantia, compreendendo a legal e contratual dos bens, é de, no mínimo 5 (cinco) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do equipamento.

4.3.1. A garantia abrange a realização de manutenção pela própria contratada, ou, se

for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.3.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por peças novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Indicação de marca modelo: Fronius Symo Brasil 15.0-3 208/240.

5.1.1. Os inversores devem atender à ABNT NR 16149 e garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 5 anos, tendo sido indicado como marca de referência os equipamentos da linha **Fronius Symo Brasil 15.0-3 208/240**.

5.1.2. A indicação do produto de referência se deve à tensão de fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias de Mato Grosso do Sul, que é de 220/127V.

5.1.3. De acordo com a Unidade Técnica os únicos inversores que podem ser utilizados nesta contratação, sem a instalação de transformadores de tensão, são os referidos modelos indicados neste documento.

5.1.4. Optou-se por não utilizar outros modelos de inversores, com tensão de saída diferente do especificado, em razão da perda de eficiência do sistema, ocasionada pela transformação de tensão no transformador e também por adotar a solução com o mínimo de equipamentos possíveis, visando minimizar o custo com a manutenção preventiva/corretiva (eliminando a manutenção do transformador); Além disso, busca-se manter a potência do equipamento para que no momento da substituição/manutenção, não haja necessidade de alteração do sistema já instalado.

5.2. NÃO haverá necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas.

5.3. **Sustentabilidade:** manutenção da geração de energia elétrica limpa, através de painéis fotovoltaicos.

5.4. **Consórcio:** Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

5.5. **Garantia:** Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA dos materiais é de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho e/ou requisição de fornecimento.

6.1.1. Caberá à fiscalização a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à contratada.

6.1.2. Caso a nota de empenho/requisição de fornecimento seja encaminhada através de serviço postal, mensagem eletrônica, aplicativo de mensagem instantânea ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do último documento por parte do licitante.

6.1.3. **Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data do seu envio.**

6.2. Caso não seja possível a entrega no prazo indicado na cláusula 6.1, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações

de caso fortuito e força maior.

6.2.1. Na solicitação de prorrogação de prazo de entrega deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

6.2.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6.2.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6.3. Os bens deverão ser entregues no prédio da Secretaria do TRE/MS (Prédio sede), situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23 CEP 79037-100, Parque dos Poderes - Mato Grosso do Sul, aos cuidados da Seção de Manutenção Predial, de segunda a sexta-feira, das 12h as 17h.

6.3.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

6.3.2. O agendamento poderá ser realizado pelo telefone (67) 2107-7221 (Diogo Campos dos Anjos).

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escritos sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

7.3.2. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo da COENG - Coordenadoria de Engenharia.

7.3.2.1. A atividade de fiscalização por parte da contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto contratado.

7.3.2.2. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

7.3.2.3. À Administração, através da fiscalização, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sem exacerbar sua competência, toda e qualquer ação de orientação geral sobre a execução dos serviços.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a



Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

7.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Coordenadoria de Engenharia (COENG), conforme descrito a seguir.

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8.1.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

- a) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- b) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

**8.9. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.**

**8.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado**

**o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor couber ao interesse público, inclusive o descarte.**

### **Da emissão da Nota Fiscal/Fatura**

8.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

8.10.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

8.11. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

8.11.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.12.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

8.12.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF (Sistema de Cadstramento Unificado de Fornecedores) Governo Federal.

8.13. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Prazo de Pagamento**

8.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

8.14.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES -

Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

8.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.17. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021, optando-se pelo Sistema de Registro de Preços, disciplinado na Seção V - Do Sistema de Registro de Preços, da Lei nº 14.133/2021, haja vista a necessidade de aquisição de equipamentos para substituição dos inversores já instalado em casos de avarias, de forma mais célere, não deixando de gerar energia enquanto nos períodos de manutenção dos equipamentos danificados.

9.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

9.3. Para fins de aceitação da proposta, a empresa licitante deverá:

9.3.1. Indicar a MARCA do inversor que deve fornecer, na forma disciplinada na cláusula 5.1, capítulo 5 do Termo de Referência;

9.3.2. Caso não haja, na proposta eletrônica, a indicação da marca do inversor, o Pregoeiro convocará a licitante, via chat, para prestar a informação.

9.3.3. O prazo para indicar a marca do inversor exigida na cláusula 9.3.2, será de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro.

9.4. Após esta análise preliminar, estando o material de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida,

emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 203.943,92 (Duzentos e três mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 4490.52.30;
- e) Plano Interno: INV PERMAN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária (PLOA 2024) respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **13. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

13.1. As disposições sobre o reajuste e o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro estão previstas no Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **14. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

14.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência e na minuta da ata de registro de preços.

14.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

14.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

14.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

14.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## 15. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

15.1. Realizar o fornecimento dos materiais decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta do Contrato.

15.2. Manter, durante todo o prazo de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

15.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

15.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

15.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

15.6. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

15.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

15.8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio do TRE/MS.

Campo Grande, MS

**Diogo Campos dos Anjos**

Integrante Demandante/Técnico

**Graziela Gonçalves Silva Jurado**

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 04/09/2024, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1713348** e o código CRC **B302252D**.



---

0002387-65.2024.6.12.8000

1713348v5